

Aumento de 143% aos parlamentares ainda não é legal

A polêmica votação que aumentou em 143% o salário dos deputados não tem nenhuma validade legal. A decisão do plenário não produziu efeitos porque a Mesa Diretora da Câmara, presidida pelo deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), simplesmente não publicou a resolução que autorizava o aumento no Diário do Congresso Nacional, o que viabiliza qualquer alteração na folha salarial dos parlamentares. O PT, que entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade contra o aumento, descobriu a falha administrativa casualmente, quando foi informado pelo Supremo Tribunal Federal de que a liminar não poderia ser julgada pela falta de publicação.

"Tenho a certeza de que a presidência, que agiu com cautela e prudência neste caso, não deixará que esta resolução seja publicada no último dia, para que caia no recesso do Judiciário e não seja julgada", disse o líder do PT, deputado José Genoíno (SP), a Ibsen Pinheiro. O presidente se disse surpreso com a notícia e justificou a demora pelo acúmulo de trabalho na gráfica, nos últimos dias, mas não precisou a data em que a publicação ocorrerá.

As justificativas não foram convincentes. Deputados do PT e PSDB acreditam que a demora revela a dúvida quanto a legalidade do aumento e acreditam até mesmo que possa haver um recuo da presidência. "Eu acho que os deputados podem desistir do aumento este mês", arrisca o deputado Jayme Santana (PSDB-MA), um dos

oito signatários de um requerimento solicitando que a Mesa aplique sobre seus salários o índice de reajuste de 62%.

Apoio

"Queremos apenas a aplicação do mesmo índice que o próprio Congresso aprovou para o conjunto do funcionalismo", repetem em coro os deputados Sigmaringa Seixas (PSDB-DF) e Paulo Hartung (PSDB-ES). Os dois assinaram o requerimento ao lado dos deputados Sérgio Arouca (PCB-RJ), Roberto Freire (PCB-PE), Augusto Carvalho (PCB-DF), Sérgio Machado (PSDB-CE) e Geraldo Alkmin (PSDB-SP). "Consideramos que o apego a privilégios está quebrando a ligação entre o conjunto da sociedade brasileira e seus representantes", argumenta Hartung.

Ontem, o grupo ganhou o apoio do pedetista Lysâneas Maciel (RJ), que apesar da nulidade legal do aumento, já determinou, inclusive, o que a direção da Casa deve fazer com o Cr\$ 1,4 milhão que excede aos 62% que todos consideram ético e legal. Em seu requerimento à Mesa, Lysâneas solicitou que a quantia referente ao desconto — o salário bruto do deputado hoje é de Cr\$ 2,5 milhões — seja repassada à Confederação Brasileira de Aposentados e à Associação dos Aposentados e Pensionistas do Rio. "A população jamais entenderá porque não conseguimos fixar uma política salarial e resolver a questão dos aposentados se temos tanta agilidade para tratarmos dos nossos subsídios", opina ao pedetista.